



Resumo de Notícias

15/01/2016 - Instituto Telecom

Patrões reduzem proposta e impasse marca a negociação salarial para TI em São Paulo

A segunda rodada da negociação salarial dos trabalhadores de Tecnologia da Informação de São Paulo realizada nesta quinta-feira, 14, na sede do Seprosp, sindicato patronal da categoria, terminou em impasse. Segundo informações da comissão do Sindpd (Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação), os patrões ofereceram um reajuste salarial de 4% para toda a categoria, atendendo ao faseamento, opção que permite ao patronal parcelar em duas vezes o valor proposto de reajuste.

A redução do valor proposto surpreendeu, uma vez que na primeira rodada os patrões ofereceram a adoção do reajuste salarial escalonado, oferecendo aumento de 8% para trabalhadores que recebam até R\$2 mil; de 5,5% para os que recebam de R\$2 mil a R\$5 mil mais R\$50 de aumento na parcela; e de 4% para aqueles com remuneração acima de R\$5 mil, com um acréscimo de R\$125 na parcela. Os trabalhadores reivindicam um reajuste salarial de 10,06%, com aumento real de 4%.

Em comunicado à imprensa, o presidente do Sindpd, Antonio Neto, julgou a nova proposta, de pagamento de 2% em janeiro e 2% em julho, indecorosa por não refletir as previsões de crescimento do setor. De acordo com a consultoria Gartner, serão movimentados mais de US\$ 96,5 bilhões no Brasil, número que representaria um aumento de 0,6% em relação aos US\$ 95,8 bilhões revisto pela consultoria em 2015, na

área de TI.

De acordo ainda com os trabalhadores, os índices da inflação, de 10,24% pelo IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo] e de 11,28% pelo INPC [Índice Nacional de Preços ao Consumidor], também não foram levados em consideração pelos patrões.

“Se o patronal quiser renegociar, ele vai se reunir e vai nos chamar. Vou preparar as nossas baterias, conversar com os trabalhadores, visitar as empresas e dizer a eles qual foi a proposta. Está interrompida a negociação”, afirmou Antonio Neto. Segundo ainda o presidente do Sindpd, a Comissão de Negociação do Sindpd queria, imediatamente, consultar a categoria sobre os possíveis procedimentos de mobilização já nesta semana.

Mas por solicitação da comissão patronal de negociação, o presidente do Sindpd concordou em aguardar nova assembleia dos empresários, bem como a apresentação de uma nova proposta minimamente razoável para que se inicie um processo coerente de negociação. As demais alterações solicitadas pelos empresários na última reunião também foram mantidas. O encontro terminou sem definição da data da terceira rodada da negociação.

O portal Convergência Digital esclarece que não consegue acesso ao Sindicato Patronal, o Seprosp, presidido por Luigi Nese, para obter informações sobre as negociações entre patrões e empregados.



Resumo de Notícias

15/01/2016 - Instituto Telecom

Telefônica sugere “bolsa telecom” e revisão no conceito de bens reversíveis

Na contribuição para a consulta pública do Ministério das Comunicações sobre o atual modelo de prestação dos serviços de telecomunicações, a Telefônica sugere um regime exclusivamente privado com autorizações e uma reforma no Fust para promover uma “bolsa telecom” para a universalização. Mas, sobretudo, ataca especialmente o modelo de bens reversíveis, a metodologia de multas e as empresas over-the-top (OTTs).

A companhia pede uma Regulação 4.0. “O princípio é assegurar o tratamento justo, igualitário e não discriminatório de todos os players”. A ideia é reduzir a intervenção regulatória, promover a correção e o desenvolvimento sustentável no setor. A ideia da Telefônica é que se considere o serviço prestado, e não a tecnologia empregada.

“Não se pode admitir que a legislação, que implica significativos ônus e custos para as prestadoras, seja interpretada para admitir tratamento distinto a serviços que são, em sua essência, idênticos.” É uma posição semelhante à do SindiTelebrasil, que em sua contribuição pediu por uma reclassificação de alguns OTTs para deixarem de ser serviços de valor adicionado (SVAs).

Bolsa telecom

O foco da política pública, em regime publicou ou privado, da banda larga (fixa e móvel) para a Telefônica é a massificação do acesso. Ela sugere o modelo de identificação de gaps (que categoriza, do melhor para o pior, em cores: preto, cinza e branco) do Banco Mundial para mapear problemas. Assim, o preto deveria ter apenas regulação para reduzir carga tributária. Na cinza, menor regulamentação e com desonerações fiscais. Já nas áreas brancas, o Governo deveria atuar “mais incisivamente realizando aportes diretos e utilizando fundos setoriais”.

Para redes de transporte e de acesso, a tele acredita que o foco deve continuar seguindo o princípio da

competição, elogiando a implantação do PGMTC, mas criticando algumas áreas onde “a simples promoção da concorrência não é suficiente para atrair uma diversidade de prestadoras” pela “demanda insuficiente”. A empresa acredita que o Estado precisa concentrar esforços para ampliar a rede, “inclusive utilizando recursos públicos”, citando medidas como o REPNBL. Ela sugere o mesmo modelo de gaps do Banco Mundial.

A Telefônica é a favor da simplificação das licenças, embora reconheça que a convergência já cobre esse viés. Também pede que o novo modelo após o fim das concessões atuais seja o regime “puramente privado”, apenas por meio de autorização.

Ela argumenta que a melhor forma para a universalização da banda larga se daria com a utilização do Fust para estimular a demanda e incentivar ofertas, desvinculando do serviço prestado em regime público. Diz que a reforma no Fust é “imprescindível” para a prestação em áreas economicamente inviáveis. A Telefônica acredita que o fundo pode ser usado como subsídio direto, estimulando a demanda, sugerindo uma ajuda apelidada pela própria empresa de “bolsa telecom”, que poderia ser concedido através de créditos pré-pagos ou de franquias de minutos.

Regimes e bens reversíveis

Na visão da empresa, a sustentabilidade do STFC em regime público já está comprometida em curto prazo. Assim, propõe alterações nas concessões, como a redução nas obrigações de universalização, desoneração das metas de qualidade, revisão da metodologia de multas e sanções, e revisão da interpretação do conceito de reversibilidade. A operadora é favorável à manutenção dos contratos até o término previsto, em 2025, para garantir segurança jurídica e regulatória. No caso de se encerrar antes desse período, ela pede que acabem também as obrigações e metas das concessionárias atuais.



Resumo de Notícias

Considera que o governo deveria aproveitar a revisão de contratos e definição das novas metas do PGMU para adequar obrigações, alertando para uma eventual rescisão de contrato por parte das concessionárias caso não haja revisão, “ficando a União encarregada de manter o funcionamento de um serviço que é, sabidamente, deficitário”. Assim, propõe para curto prazo a revisão de quatro aspectos: as metas de universalização, obrigações de qualidade (questionando indicadores atuais), metodologia de multas e sanções e conceito de reversibilidade.

A operadora questiona a interpretação de bens reversíveis, ressaltando que não são bens públicos, mas sim os bens “indispensáveis à prestação do serviço”. Diz que a LGT fala em posse, e não em propriedade, dos bens, e que estes são conceitos jurídicos “bem definidos”. “Ou seja, no setor de telecomunicações, a reversão sequer obriga a transferência do propriedade”, declara. Ainda coloca que a LGT não prevê o mecanismo usado em uma eventual transferência.

Para a empresa, os bens são submetidos à atualização tecnológica e acabam substituídos, deixando que sejam essenciais apenas se o poder concedente prestar o serviço ou outorgar a um terceiro. “Comprometer permanentemente um bem que não serve à concessão não tem fundamento legal.” Também ressalta que, por conta do compartilhamento da infraestrutura, “apenas uma fração” dos bens móveis e imóveis são reversíveis.

Tributação e incentivos

A Telefônica bate forte novamente na questão da carga tributária do setor, especialmente do ICMS, dizendo que “pouco adianta repensar o modelo de prestação do serviço, ou até mesmo o desenho do setor de telecomunicações brasileiro, se o Estado, enquanto poder arrecadatório, não revisar sua estrutura de incentivos”.

A companhia pede finalmente o incentivo ao compartilhamento de infraestrutura, sobretudo em rodovias, postes, dutos, condutos e servidões pertencentes ou controlados por prestadora de outros serviços. Finaliza pedindo a flexibilização do uso de espectro.

15/01/2016 - Instituto Telecom

Orçamento de 2016 conta com R\$ 6 bi de receita de Telecom e mais R\$ 700 milhões para a cultura

O Orçamento Geral da União de 2016, sancionado ontem (14) sem vetos pela presidenta Dilma Rousseff, estima receitas no montante de R\$ 3 trilhões. Desse total, a receita estimada é R\$ 2,9 trilhões. Para o refinanciamento da dívida pública federal estão previstos R\$ 885 bilhões. A íntegra do orçamento foi publicada na edição de hoje (15) do Diário Oficial da União.

Em 30 dias deverá ser publicado o decreto de programação orçamentária, quando o governo informará qual o valor do bloqueio de recursos que será necessário para atingir a meta de superávit primário, fazendo, assim, o contingenciamento de recursos.

Para chegar ao valor do corte no orçamento deste ano, o governo vai reestimar as receitas e as despesas da peça orçamentária, tendo por base as últimas previsões para o comportamento da economia. No decreto, serão divulgadas as últimas estimativas para o PIB, inflação e dólar, entre outros indicadores.

No orçamento sancionado está prevista a queda de 1,9% do PIB no próximo ano e inflação oficial de

6,47%, além de receitas extraordinárias com a CPMF, imposto que ainda não foi votado pelo Congresso Nacional.

Telecom

Na previsão de receitas a serem arrecadadas, os usuários de telecomunicações continuarão a ser chamados a dar a sua contribuição. O governo estima arrecadar para o Fistel (fundo de fiscalização das telecomunicações) pelo menos R\$ 3,237 bilhões além de outros R\$ 977 milhões de contribuições econômicas. Para o Fust (fundo de universalização das telecomunicações), a arrecadação estimada será de R\$ 1,464 bilhão e para o Funttel, (fundo de desenvolvimento tecnológico do setor), mais R\$ 275 milhões.

E para o Ministério da Cultura, como Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), o setor de telecom irá repassar mais R\$ 777,9 milhões, conforme a previsão orçamentária aprovada.



Resumo de Notícias

18/01/2016 - Sinttel-ES

Como um chefe ruim pode adoecer os funcionários

Será que aquele chefe que você odeia pode literalmente te matar aos pouquinhos? Um artigo do LinkedIn publicado pela revista Quartz garante que, em longo prazo, o chefe que você não aguenta mais tem efeitos tão nocivos para a saúde quanto fumar passivamente.

E atenção: quanto mais tempo você permanece em um emprego trabalhando para um gerente horrível, maior é o dano a sua saúde física e mental.

A Associação de Psicologia dos Estados Unidos afirma que 75% dos trabalhadores americanos mencionam seus chefes como a maior causa de estresse no trabalho, mas a maioria (59%) dos empregados que tem um gerente ruim não sai do emprego, de acordo com a Quartz.

Pelo visto, as pessoas se acomodam em seus empregos mesmo quando estão sendo maltratadas, o que torna ainda mais difícil pedir demissão e encontrar um ambiente de trabalho mais saudável.

Pesquisadores da Harvard Business School e da Universidade Stanford, nos EUA, compilaram dados de mais de 200 estudos e descobriram que estresses comuns no trabalho podem ter os mesmo efeitos negativos que a exposição a uma quantidade considerável de fumaça do cigarro dos outros.

A situação de maior estresse no trabalho, que é perder o emprego, faz com que você tenha 50% mais chances de passar por problemas de saúde, diz a



Quartz.

Já um cargo que exige mais do que você pode entregar te dá 35% mais chances de ter alguma problema diagnosticado médico.

Sobrevivendo até escapar

Apesar de, em alguns casos, ter péssimos gerentes ser apenas o resultado de um incompatibilidade

de personalidades, chefes ruins de verdade existem mesmo.

E como reconhecer se o seu caso é o primeiro ou o segundo? Chefes ruins são excessivamente agressivos, narcisistas e até violentos. Eles costumam dizer frases como " Nós sempre fizemos desta forma" , " Você já deveria estar feliz só por ter um emprego" e " Esse lugar desmorona quando eu não estou aqui."

Com as dificuldades do mercado de trabalho atualmente, sair e começar algo novo não é tão fácil. Mais comum é a pessoa perder sua motivação para fazer um bom trabalho. Mas há algumas estratégias de sobrevivência simples que podem te ajudar a passar por isso (e se manter motivados).

Tente fazer uma lista com os objetivos do dia, marcando quando concluir cada uma delas. Essa sensação de ter feito algo pode te ajudar a seguir em frente. Desligar do e-mail e do telefone por um fim de semana também pode ajudar a recarregar a bateria para o trabalho – mesmo que por pouco tempo.

Ariana Chirasello – BBC Capital – 11 janeiro 2016



Resumo de Notícias

15/01/2016 - Vermelho

Em crescimento, setor eólico deve gerar 50 mil empregos



Além de reforçar a segurança energética do País, o crescimento do parque gerador de energia eólica nos próximos anos também vai ajudar o mercado de trabalho brasileiro. Segundo estimativas da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), a cadeia de produção do setor deve gerar cerca de 50 mil empregos somente neste ano.

“No ano passado, geramos mais de 40 mil postos de trabalho, ao longo da carteira produtiva. Nós crescemos 32% no ano passado em relação a 2014, e em 2016 vamos crescer em torno de 40% em relação a 2015”, afirma a presidente da Abeeólica, Elbia

Gannoum.

Com as projeções recentes apontando uma grande expansão para esse segmento de produção de energia, a criação de novos postos de trabalho em atividades diretas e indiretas deve ser constante ao longo dos próximos anos. Segundo Elbia, o setor necessita de mão de obra para todas as áreas, desde operários de fábrica até grandes gestores com alta qualificação acadêmica.

“Nós geramos cerca de 15 postos de trabalho por cada megawatt instalado, e isso está dividido ao longo da cadeia de produção. Hoje o setor está contratando muito, e nós temos carência e necessidade de contratação para todas as áreas”, explica a presidente da Abeeólica.

Em dezembro de 2012, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou uma metodologia específica para o financiamento de aerogeradores. A ideia foi exigir percentuais mínimos de conteúdo local nos componentes desses equipamentos, permitindo a criação de um número maior de postos de trabalho e melhoria de renda para os trabalhadores desse segmento. Essas exigências foram aplicadas gradativamente, permitindo que as empresas do setor tivessem tempo para se adaptar.



Resumo de Notícias

18/01/2016 - Rede Brasil Atual

Riqueza de 1% da população supera a de 99% em 2015, mostra Oxfam

Segundo a ONG Oxfam, a riqueza acumulada por 1% da população mundial superou a do restante um ano antes do previsto



A riqueza acumulada por 1% da população mundial, os mais ricos, superou a dos 99% restantes em 2015, um ano mais cedo do que se previa, informou hoje (18) a organização não governamental (ONG) Oxfam, a dois dias do Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça.

"O fosso entre a parcela dos mais ricos e o resto da população aumentou de forma dramática nos últimos 12 meses", diz relatório da ONG britânica intitulado Uma economia a serviço de 1%.

"No ano passado, a Oxfam estimava que isso fosse ocorrer em 2016. No entanto, aconteceu em 2015, um ano antes", destaca no texto.

Para mostrar o agravamento da desigualdade nos últimos anos, a organização estima que "62 pessoas têm tanto capital como a metade mais pobre da população mundial", quando, há cinco anos, era a riqueza de 388 pessoas que estava equiparada a essa metade.

A dois dias do Fórum Econômico Mundial de Davos, onde vão se encontrar os líderes políticos e representantes das empresas mais influentes do mundo, a Oxfam pede a ação dos países em relação a essa realidade.

"Não podemos continuar a deixar que milhões de pessoas tenham fome, quando os recursos para ajuda estão concentrados, no mais alto nível, em tão poucas pessoas", afirma Manon Aubry, diretora dos Assuntos

de Justiça Fiscal e Desigualdades da Oxfam na França, citada pela agência de notícias France Presse (AFP).

Segundo a ONG, "desde o início do século 21 a metade mais pobre da humanidade se beneficia de menos de 1% do aumento total da riqueza mundial, enquanto a parcela de 1% dos mais ricos partilharam metade do mesmo aumento".

Para combater o crescimento dessas desigualdades, a Oxfam pede o fim da "era dos paraísos fiscais", acrescentando que nove em dez empresas que figuram entre "os sócios estratégicos" do Fórum Econômico Mundial de Davos "estão presentes em pelo menos um paraíso fiscal".

"Devemos abordar os governos, as empresas e as elites econômicas presentes em Davos para que se empenhem a fim de acabar com esta era de paraísos fiscais, que alimenta as desigualdades globais", diz Winnie Byanyima, diretor-geral da Oxfam Internacional, que estará em Davos.

No ano passado, vários economistas contestaram a metodologia utilizada pela Oxfam. A ONG defendeu o método utilizado no estudo de forma simples: o cálculo do patrimônio líquido, ou seja, os ativos menos a dívida.

A pequena localidade suíça de Davos vai acolher, a partir da próxima quarta-feira (20), líderes políticos e empresários para debater a 4ª Revolução Industrial.

Esta 46ª edição do fórum, que termina em 23 de janeiro, ocorre no momento em que o medo da ameaça terrorista e a falta de respostas coerentes para a crise de refugiados na Europa se juntam às dificuldades que a economia mundial encontra para voltar a crescer e à forte desaceleração das economias emergentes.

Segundo o presidente do fórum, Klaus Schwab, a "4ª revolução industrial refere-se à fusão das tecnologias", principalmente no mundo digital, que "tem efeitos muito importantes nos sistemas político, econômico e social".



Resumo de Notícias

16/01/2016 - Vermelho

Petrobras amplia em 4,6% a produção de petróleo no Brasil em 2015

A Petrobras alcançou a marca de 2,128 milhões de barris por dia (bpd) em 2015. Isso representa alta de 4,6% diante do resultado do ano anterior e 0,15% acima dos 2,125 milhões bpd previstos no plano de negócios da empresa. A média anual da produção operada na camada pré-sal em 2015 também foi a maior da história da Petrobras, atingindo uma média de 767 mil barris por dia, superando a produção de 2014 em 56%. Ou seja, mais de um terço da produção total veio do pré-sal.

Se for considerada também a extração de gás natural, que cresceu 9,8% diante do ano anterior, a produção total chega a 2,6 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) - 5,5% maior que os 2,46 milhões boed de 2014.

“O resultado é importante por demonstrar a grande capacidade operacional da empresa, mesmo em um cenário global adverso para o setor de óleo e gás, e por reiterar, diante do mercado, a previsibilidade e a transparência dos rumos da companhia”, disse o

presidente da Petrobras, Aldemir Bendine.

O rápido crescimento da produção da plataforma P-58, que opera no complexo do Parque das Baleias, na porção capixaba da Bacia de Campos, e do FPSO Cidade de Mangaratiba, no pré-sal da Bacia de Santos, foram alguns dos principais destaques na expansão da produção no ano passado. Além disso, foi antecipado novembro para julho o início da operação do FPSO Cidade de Itaguaí, na Bacia de Santos.

“Temos consolidado nossa excelência na exploração em águas profundas e ultraprofundas. Em 2015, conseguimos conciliar o avanço tecnológico com a redução dos nossos custos operacionais, o que nos levou à marca de custo de extração de oito dólares por barril nos campos do pré-sal no terceiro trimestre”, aponta a diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Solange Guedes, .

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/275125-2>

15/01/2016 - Rede Brasil Atual

Porchmann: Crise global abre oportunidade para recuperar a indústria

Depois de absorver o impacto do recuo dos preços internacionais das commodities, país precisa se voltar para a elevação de valor agregado em produtos primários e para a substituição de importações

Um efeito direto da crise de dimensão global iniciada em 2008, que estabeleceu novo regime de baixíssimo crescimento econômico no mundo, é a mudança expressiva nos preços relativos de bens e serviços. O mais evidente disso é perceptível na trajetória dos preços das commodities, os bens primários associados aos recursos naturais e intensivos em mão de obra barata.

Nos anos 2000, por exemplo, o preço médio do conjunto dos produtos primários subiu quase duas vezes mais que o preço médio em dólar dos manufaturados. Em grande medida, o efeito China foi fundamental para

explicar tanto a inundação global da oferta de bens manufaturados de menor preço, como a crescente demanda por produtos primários no mundo.

De um lado, as nações exportadoras de manufaturas tiveram de acomodar para baixo os preços dos seus produtos frente ao avanço da oferta chinesa com menor custo. De outro, os países vendedores de produtos primários assistiram à demanda e aos preços subirem consideravelmente, melhorando a balança comercial e favorecendo os governos não liberais a adotar políticas de crescimento econômico com distribuição de renda, sobretudo, do trabalho.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/275149-2>